Boletim Informativo

Coordenação do Curso de Direito

PROJETO DE EXTENSÃO - **A Tutela Jurídica da Pessoa com Deficiência** – Profª. Aline Araújo Passos

O presente projeto tem por objeto o estudo da tutela jurídica da pessoa com deficiência, propondo-se a analisar a respectiva normativa constitucional, internacional e infraconstitucional, e a debater sua adequação, aplicação e efetividade na experiência brasileira. O estudo proposto partirá de uma compreensão desestigmatizante e inclusiva da pessoa com deficiência, na perspectiva do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), buscando identificar meios e mecanismos de concretização de seus direitos fundamentais. A compreensão jurídica do tema com grupo selecionado de discentes será realizada paralelamente a visitas a institutos e organizações destinados a acolher as pessoas com deficiência, a fim de assegurar a construção cooperativa de sistema de assessoramento jurídico da pessoa com deficiência. O assessoramento será realizado no Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Direito, por meio de atendimento presencial, permitindo a criação de Núcleo de Apoio Jurídico à Pessoa com Deficiência, no âmbito do qual poderão ser desenvolvidas outras iniciativas que contemplem aludida proteção. Busca-se, enfim, a criação de sistema de assessoramento jurídico pautado na reciprocidade a ser estabelecida com a sociedade, com vistas a permitir o conhecimento e a possível tutela dos direitos da pessoa com deficiência.

PROJETO DE PESQUISA - **A ideia de justiça na Grécia Antiga** – Prof. Bruno Amaro Lacerda

Investigação sobre a noção de justiça nos textos e fragmentos dos filósofos gregos, dos pré-socráticos a Epicuro.

PROJETO DE PESQUISA - **Liberalismo jurídico: o problema da liberdade nas teorias contemporâneas da justiça** – Prof. Bruno Amaro Lacerda

Leitura e discussão (em encontro semanal) de textos de autores fundamentais do pensamento ocidental. Até o momento foram lidos Locke, Rousseau, Montesquieu, Beccaria, La Boétie, Maquiavel, Sêneca, Hobbes, Humboldt, Leibniz, Thoreau, Burke, Madison, Hamilton, Milton e Ulpiano.

PROJETO DE PESQUISA - **Anticorrupção e Governança** – Profª. Caroline da Rosa Pinheiro

A presente pesquisa irá verificar o que de fato representa a implementação do compliance no âmbito das empresas, ou seja, quais são os mecanismos que podem ser instituídos e que contribuem para a eficiência da atividade empresária e para a redução da corrupção no âmbito de negociação entre as empresas com a Administração Pública.

PROJETO DE PESQUISA - **EC 95/2016 - Emenda Constitucional Inconstitucional?** – Profª. Cláudia Maria Toledo da Silveira

---

PROJETO DE PESQUISA - **Direitos Fundamentais no Debate Jurídico Brasileiro Atual - Contribuições da Teoria dos Princípios e da Fórmula do Peso** – Profª. Cláudia Maria Toledo da Silveira

---

PROJETO DE PESQUISA - **Judicialização da Política e Politização do Judiciário** – Profª. Cláudia Maria Toledo da Silveira

Quanto mais democrático o Estado, mais atuante o poder judiciário. Quanto mais atuante o judiciário, mais ações são a eles levadas, do que resulta a alegação de judicialização de temas originalmente da seara dos poderes legislativo e executivo (judicialização da política). Quando o judiciário procede ao tratamento dessas matérias, alega-se então que os argumentos trazidos nas suas decisões são de cunho muito mais político do que propriamente técnico-jurídico (politização do judiciário). Esta pesquisa visa a constatar a procedência ou não de tais considerações, mediante estudo desenvolvido em quatro momentos: (i) análise do enquadramento do tema no direito constitucional pátrio; (ii) atualização do levantamento feito em pesquisas anteriores sobre a abordagem do mínimo existencial pelo STF; (iii) atualização e enriquecimento de estudo comparado da jurisprudência constitucional da Alemanha, México e Argentina; (iv) investigação de dados empíricos da realidade brasileira relacionados à matéria, como os enunciados resultantes das Jornadas de Direito da Saúde organizadas pelo CNJ e o projeto de lei nº 8058/2014 disciplinador do controle judicial de políticas públicas.

PROJETO DE PESQUISA - **Ativismo Judicial, Conflito de Competências e Ponderação de Princípios Formais** – Profª. Cláudia Maria Toledo da Silveira

O objetivo retor deste projeto é a contribuição ao esclarecimento do tema ativismo judicial, visando à identificação da procedência de sua atribuição ao poder judiciário brasileiro contemporâneo. Para tanto, propõem-se, como objetivos específicos: 1) A investigação de critérios objetivos fornecidos pela doutrina para a delimitação da competência dos poderes no caso concreto; 2) Levantamento do tratamento destinado aos direitos fundamentais individuais, políticos e sociais pela jurisprudência constitucional brasileira dos anos 2000, 2005, 2010 e 2015. A justificativa escolha dessas datas está descrita na metodologia deste projeto, no item abaixo; 3) Análise da jurisprudência a partir do critério de amplitude do âmbito de discricionariedade legislativa/executiva e do âmbito de incidência da decisão judicial; 4) Com base nos resultados alcançados, torna-se então possível identificar, de modo fundamentado, a atuação do judiciário pátrio como excessiva, apropriada ou leniente. Dessa classificação extrai-se a conclusão acerca da procedência da crítica de ativismo atribuída ao poder judiciário brasileiro.

PROJETO DE PESQUISA - **Casos Trágicos e Teoria dos Princípios ? Uma contribuição doutrinária à jurisprudência**

– Profª. Cláudia Maria Toledo da Silveira

O objetivo retor desta pesquisa é a contribuição para o melhor e mais técnico tratamento dos chamados casos trágicos no debate jurídico brasileiro, haja vista o impacto social que essas decisões judiciais, por definição, têm. Somente se apresentam como trágicos os casos com máxima carga axiológica, geradora das mais acentuadas controvérsias em uma sociedade. Para o alcance desse objetivo, planejam-se os seguintes objetivos específicos: 1) Estudo das obras clássicas de Ronald Dworkin e Manuel Atienza, criadores respectivamente dos conceitos de casos difíceis e casos trágicos; 2) Com fundamento em tais obras, passa-se ao exame do aporte que a teoria dos princípios de Robert Alexy pode trazer para a cientificidade da análise dos casos trágicos. A identificação dos princípios envolvidos e a demonstração do processo de sua ponderação tornam mais clara a sentença judicial, uma vez que orientam a fundamentação que lhes é devida; 3) Exame dos argumentos passíveis de utilização na fundamentação de casos trágicos, por se apresentarem como razões transcendentes ao direito positivo, conceito desenvolvido por Maeve Cooke; 4) Análise da jurisprudência nacional, com a pesquisa de exemplos de casos trágicos, a começar pelo estudo das decisões no STF dos leading cases HC 124.306 (não enquadramento de interrupção da gestação no seu primeiro trimestre como aborto); ADI 4277 e ADPF 32 (reconhecimento da união estável homoafetiva). Esses casos trágicos serão analisados não apenas de forma descritiva, mas terão sua estrutura investigada mediante a identificação dos princípios envolvidos, a adequação e necessidade dos meios utilizados, o processo de ponderação adotado, o grau de interferência em cada um deles devido às condições fáticas da situação em julgamento, o grau de confiabilidade das premissas empíricas. Isto é, esses casos trágicos serão analisados mediante a estrutura da máxima da proporcionalidade e sua expressão na fórmula do peso alexyana. Com a síntese das conclusões obtidas no processo de análise da doutrina e da jurisprudência, torna-se então possível o alcance do objetivo central do trabalho, qual seja, a contribuição ao debate jurídico sobre casos trágicos.

PROJETO DE EXTENSÃO - **Sistema de acompanhamento de egressos e estudantes do Curso de Direito da UFJF** – Prof. Cleverson Raymundo Sbarzi Guedes

O projeto visa a criação de sistema de cadastro e acompanhamento de estudantes e egressos do Curso de Direito da UFJF, não somente para elaboração de um banco de dados, mas também como instrumento de direcionamento de atividades de direção, coordenação e chefia na políticas educacionais da Faculdade de Direito, bem como para criação de um espaço de integração entre os egressos e as atividades contemporâneas da Faculdade de Direito.

PROJETO DE PESQUISA - **O ICMS do Estado de Minas Gerais: inconstitucionalidades, ilegalidades e restituição de valores pagos indevidamente** – Profª. Elizabete Rosa de Mello

Rojeto Aprovado Pelos Programas Institucionais De Bolsas De Iniciação Científica: Xxvi Pibic/Cnpq/Ufjf ? 2017/2017, Xxx Bic/Ufjf- 2017/2018 E I Vic.

PROJETO DE PESQUISA – **Tributação de novas tecnologias** – Profª. Elizabete Rosa de Mello

Projeto Aprovado Pelos Programas Institucionais De Bolsas De Iniciação Científica: Xxvi Pibic/Cnpq/Ufjf ? 2017/2017, Xxx Bic/Ufjf- 2017/2018 E I Vic.

PROJETO DE PESQUISA - **Benefícios Fiscais E Segurança Jurídica Em Matéria Tributária** – Profª. Elizabete Rosa de Mello

Projeto Aprovado Pelo Programa Institucional De Bolsas De Iniciação Científica: Ix Pibic/Cnpq/Ufjf Nas Ações Afirmativas - 2017/2018.

PROJETO DE PESQUISA E EXTENSÃO - **Diga não à violência contra a mulher** – Profª. Ellen Cristina Carmo Rodrigues Brandão

Este projeto de pesquisa propõe o estudo das práticas institucionais e das peculiaridades dos feitos processados no âmbito das varas criminais responsáveis pelo processamento dos feitos relativos aos casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres na Comarca de Juiz de Fora. Através de análises empíricas, pretende-se investigar os diferentes aspectos da violência de gênero; seletividade punitiva e marginalização social quanto às vítimas e ofensores, considerando, para tal, reflexões sobre gênero, classe e raça. Ademais, pretende-se investigar o devido cumprimento do arcabouço normativo previsto pela Lei 11.360/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha no âmbito local, cotejando-o com a realidade nacional e internacional. Sem prejuízo das investigações supramencionadas, a presente pesquisa propõe analisar se as propostas restaurativas levadas a efeito através do projeto de extensão acadêmica de mesmo nome estão adequadas às exigências nacionalmente fixadas para a sua execução, conforme critérios previstos pela Resolução 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CJN) e quais foram os resultados alcançados. Ademais, será investigada a pertinência das críticas proferidas por determinados movimentos feministas que compreendem a aplicação dos programas de Justiça Restaurativa no âmbito da violência doméstica e familiar contra as mulheres como uma forma de revitimização das beneficiárias. Tais pesquisas se justificam pelo fato de que o estudo aprofundado da realidade prática do sistema de criminal, bem como da condução dos programas de Justiça Restaurativa pode contribuir para a crítica e o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional brasileira às mulheres vítimas de violência e aos supostos ofensores acusados e/ou condenados pela prática de infrações penais ? o que assinala a preocupação em se fazer valer os Direitos Humanos e as conquistas já alcançadas no âmbito do Direito Penal e do Direito Processual Penal.

O projeto de extensão propõe trabalhar a problemática da violência contra a mulher a partir de parcerias firmadas com profissionais que atuam nos mecanismos de prevenção presentes no município de Juiz de Fora, com destaque para o Centro de Referência Casa da Mulher. A referida instituição, vinculada à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, desenvolve vários serviços destinados ao atendimento de mulheres vítimas de violência, no sentido de oferecer-lhes atendimento jurisdicional, apoio psicológico e fortalecimento dos vínculos sociais e familiares. A proposta central deste projeto de extensão é colaborar com os órgãos municipais de prevenção à violência contra mulheres através da capacitação de multiplicadores sociais de prevenção à violência, bem como auxiliar os profissionais envolvidos e os acadêmicos participantes a promoverem o devido cumprimento da prestação jurisdicional atinente aos casos, com a observância dos princípios e garantias constitucionais que se lhe relacionam e total compromisso com a promoção dos direitos humanos, nos temos da Lei 11.340/2006 e da Constituição Federal/88.

PROJETO DE PESQUISA E EXTENSÃO - **NEPCrim (Núcleo de Extensão e Pesquisa em Ciências Criminais da Faculdade de Direito da UFJF**) – Profª. Ellen Cristina Carmo Rodrigues Brandão e Prof. Leandro Oliveira Silva

O NEPCrim consiste em um conjunto de ações de caráter orgânico-institucional que visa proporcionar à comunidade acadêmica e aos cidadãos residentes no município de Juiz de Fora e em seu entorno diversas atividades de extensão, cursos, eventos e pesquisas no âmbito das ciências criminais, de modo a contribuir positivamente quanto às demandas operacionais, educacionais e científicas em relação ao crime e à violência na região. O NEPCrim conta com

sede própria, localizada no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da Faculdade de Direito da UFJF, localizado à Avenida Presidente Itamar Franco, 988, com funcionamento de segunda à sexta, de 08 às 12:00h e de 14:00 às 17:00h. Através do NEPCrim, objetiva-se realizar atividades de caráter interdisciplinar, que, embora sejam coordenados pelos professores proponentes, tenham a capacidade de acolher outros professores interessados, bem como alunos, representantes do poder público, lideranças comunitárias, representantes e integrantes de movimentos sociais, pesquisadores interessados no estudo das Ciências Criminais e os cidadãos de modo geral. Tais atividades serão orientadas à reflexão sobre as relações entre as Ciências Criminais e os constantes processos de transformação social que se lhes afetam, tendo por fio condutor a indeclinável observância dos Direitos Humanos. Na conjuntura atual, marcada por tendências político-criminais expansivas e atentatórias às liberdades públicas e aos direitos fundamentais, imperiosos se fazem programas dessa natureza - seja para apontar as vicissitudes do pensamento penal na pós-modernidade, seja para indicar as possibilidades promissoras de superação da conflitividade social afeta ao Direito Penal, à Criminologia e aos demais saberes criminológicos que irrompem a presente quadra histórica.

PROJETO DE PESQUISA E EXTENSÃO - **Além da Culpa: Justiça Restaurativa para adolescentes** – Profª. Ellen Cristina Carmo Rodrigues Brandão e Prof. Leandro Oliveira Silva

A pesquisa propõe a reflexão de que no Brasil existem diferentes tipos de crianças, adolescentes e jovens, assim como existem diversos tipos de famílias. No entanto, existe apenas uma Justiça Juvenil. A questão que se faz presente é sobre como o tratamento definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 8069/90) como socioeducativo alcança estes meninos e meninas nas suas diferentes realidades e como são os comportamentos das famílias e da sociedade em relação aos mecanismos definidos por esse sistema de justiça para os adolescentes em conflito com a lei penal. Por esta razão, este projeto de pesquisa não propõe investigações conceituais acerca da juventude enquanto fase da vida, mas sim a análise da reação social, política e jurídica frente à conduta de adolescentes acusados e/ou condenados pela prática de infrações penais e dos promissores mecanismos informais de prevenção à delinquência juvenil e à violência, com destaque para os mecanismos de Justiça Restaurativa.

O projeto de extensão Além da Culpa propõe o estudo e multiplicação dos conhecimentos e técnicas de Justiça Restaurativa como mecanismo alternativo de resolução de conflitos decorrentes de crimes e/ou atos infracionais. Através do termo de convênio assinado com a Defensoria Pública de Minas Gerais, o presente projeto intervém diretamente no âmbito da Justiça Juvenil, promovendo a capacitação e acompanhamento de acadêmicos para atuarem diretamente nas práticas restaurativas levadas a efeito na Vara da Infância e Juventude da Comarca de Juiz de Fora, contribuindo, assim, para o desenvolvimento e aprimoramento do projeto Além da Culpa e Sinase: Justiça Restaurativa para adolescentes - implantado pela Defensoria Pública da Vara da Infância e Juventude da referida Comarca. Além das intervenções destacadas, os coordenadores do presente projeto de extensão participam da capacitação dos demais integrantes das práticas restaurativas realizadas pela Defensoria Pública, além de realizarem cursos, palestras e eventos relacionados ao tema abertos à comunidade. De iniciativa da Defensoria Pública de Juiz de Fora, o projeto Além da Culpa e Sinase: Justiça Restaurativa para Adolescentes, atendendo às recomendações do Sinase (Lei 12.594/2012), implantou mecanismos alternativos de resolução de conflitos entre adolescentes. O projeto, através da central de práticas restaurativas, possibilita o contato do adolescente acusado e/ou condenado pela prática de ato infracional com a vítima e demais pessoas afetadas por sua conduta, a fim de oportunizar a participação voluntária, ativa e coletiva de todos na construção de soluções e acordos restaurativos em relação aos danos, traumas e perdas causados pela infração em questão. O projeto está devidamente regulamentado através do Convênio 777124/2012 - SDH/PR, realizado entre a Defensoria Pública de Minas Gerais e o Governo Federal. No ano de 2016, o projeto foi premiado na Categoria "Direitos Humanos", na I Mostra da Ações de Extensão da UFJF.

PROJETO DE EXTENSÃO - **Mulheres, apesar do cárcere** – Profª. Ellen Cristina Carmo Rodrigues Brandão

O presente projeto de extensão acadêmica representa uma iniciativa do NEPCrim que, através de um conjunto de ações de caráter orgânico-institucional, visa proporcionar à comunidade acadêmica e aos cidadãos residentes no município de Juiz de Fora e em seu entorno diversas atividades de extensão, cursos, eventos e pesquisas no âmbito das ciências criminais, de modo a contribuir positivamente quanto às demandas operacionais, educacionais e científicas em relação ao crime na região. Nesse sentido, o projeto Mulheres, apesar do cárcere, cujas atividades extensionistas serão planejadas no NEPCrim e executadas, em parceria com a Vara de Execuções Penais da Comarca de Juiz de Fora/MG, realiza atividades junto às detentas ora custodiadas na Penitenciária Professor Ariosvaldo Campos Pires, na mesma cidade. O projeto consiste em encontros semanais entre a equipe e as detentas, quando são realizadas vivências e atividades à luz das práticas de Justiça Restaurativa e também de métodos pedagógicos-educativos. A cada 3 encontros, o grupo de trabalho conclui o estudo de uma obra literária, o que, em consonância com a Resolução 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça, oportuniza a remição de pena pela leitura.

PROJETO DE EXTENSÃO - **Dialogar** – Prof. Fernando Guilhon de Castro

Centro de Mediação Extrajudicial da Universidade Federal de Juiz de Fora.

PROJETO DE PESQUISA - **Associações de juristas, instituições judiciais e atores do trabalho: reconfigurações normativas da cidadania** – Profª. Karen Artur

A partir da análise histórico-institucional da agenda política e judicial de associações de juristas do trabalho, especialmente a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), o projeto visa discutir como essas entidades entendem seu papel no desenvolvimento da cidadania, quais as forças sociais e institucionais que atuam nesse processo de definição de identidades e quais as lógicas de abertura ou fechamento das instituições para com as demandas sociais por mudanças nos direitos e políticas relacionadas ao mundo do trabalho. Como resultados específicos, a pesquisa apresentará um estudo dos argumentos em disputa encontrados na atuação legislativa e judicial dessas associações em temas escolhidos pelo seu impacto no direito e nas relações de trabalho, bem como de suas visões sobre o papel das instituições do trabalho. Além disso, visando tratar da utilização das estratégias de defesa do direito do trabalho adotadas por essas associações, levantaremos os argumentos de decisões judiciais do Tribunal Regional do Trabalho da 3a Região (MG) pautados nas normativas dessas associações nos temas que são objeto da pesquisa, quais sejam, a terceirização e o meio ambiente do trabalho.

PROJETO DE PESQUISA - **DIREITO MINERÁRIO E SUSTENTABILIDADE: relações entre o sistema de outorga de direitos minerários e a proteção ambiental** – Prof. Karol Araújo Durço

---

PROJETO DE PESQUISA - **A Sociedade Tecnológica e a Proteção de dados da pessoa humana na sociedade da informação: Efetividade do Marco Civil da internet e seus impactos nos Direitos Fundamentais e na sociedade** – Profª. Kelly Cristine Baião Sampaio

A pesquisa objetiva analisar, em perspectiva jurídico-sociológica, os efeitos produzidos pelos sistemas de controle de dados na proteção da personalidade, da identidade, da vida privada, da pessoa humana, a gerar possíveis consequências no desenvolvimento da personalidade dos indivíduos e a efetividade do chamado Marco Civil da Internet na proteção dos dados da pessoa humana e consequências viáveis e céleres diante de violação a direitos de dignidade. A proteção de dados constitui, atualmente, um dos aspectos mais significativos da liberdade individual. Tendo isso em vista, objetiva a pesquisa fornecer instrumentos valorativos para que o tratamento de dados pessoais considere o novo conceito integral de pessoa, que se manifesta pela sua identidade social e individual. Quanto à pessoa singularmente considerada, requer-se proteção ao chamado corpo ao mesmo tempo físico e eletrônico. O corpo eletrônico, o conjunto de nossos dados, é objeto de um controle cada vez mais agressivo que precisa ser repensado de acordo com valores ético-jurídicos a fim de que se possa tutelar aspectos essenciais da personalidade.

GRUPO DE ESTUDOS - **Grupo de Estudos em Teoria do Delito aplicada ao Direito Penal Econômico** – Prof. Leandro Oliveira Silva

É crescente o estudo do denominado Direito Penal Econômico nos cursos de graduação e pós-graduação stricto e lato sensu. Nesse sentido, propõe-se a formação do grupo de estudos que terá como objeto a imputação subjetiva, notadamente o dolo, nos delitos empresariais, abordando o processo de desenvolvimento das teorias do dolo, passando pela teoria da cegueira deliberada até chegar ao conceito de dolo como compromisso cognitivo. O grupo será um espaço destinado àqueles que desejarem enfatizar os seus estudos na seara do Direito Penal.

PROJETO DE PESQUISA E EXTENSÃO - **Projeto Rede de estudos e ações em Justiça Alimentar - REAJA** – Prof. Leonardo Alves Corrêa

O Projeto Rede de estudos e ações em Justiça Alimentar - REAJA - é um programa de extensão e pesquisa vinculado à Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora que atua como uma clínica jurídica especializada em direito humano à alimentação e políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.

PROJETO DE EXTENSÃO - **Observatório do Direito à Alimentação** – Prof. Leonardo Alves Corrêa

O Observatório do Direito à Alimentação consiste em um projeto de extensão da Faculdade de Direito da UFJF, em parceria com a ONG Centro de Defesa de Direitos Humanos - CDDH - que visa visa promover o debate crítico e interdisciplinar sobre o direito à alimentação, bem como a elaboração, execução e monitoramento de políticas públicas relacionadas ao tema da segurança alimentar e nutricional. O principal objetivo do Observatório é acompanhar, fiscalizar e propor medidas junto Observatório do Direito à Alimentação - ODA - se propõe a se aproximar, Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Juiz de Fora.

PROJETO DE PESQUISA - **Núcleo essencial do direito à saúde** – Profª. Luciana Gaspar Melquíades Duarte

O objetivo geral do presente projeto de pesquisa consiste, através de incursões teórico-jurídicas e transversais às Ciências da Saúde, na melhor demarcação do conceito de demandas de saúde de primeira necessidade enquanto núcleo essencial do direito a saúde. O Direito, enquanto construção humana, alicerça-se em conceitos, sendo pois, imprescindível o rigor na formulação dos mesmos para a cientificidade de suas proposições. Portanto, a univocidade conceitual caracteriza-se como escopo a ser perseguido pelos pesquisadores deste ramo da ciência. Os objetivos específicos do presente projeto perpassam o aprofundamento do referencial teórico do Pós-Positivismo Jurídico; o levantamento, em sede de revisão de literatura, da definição que tem sido dispensada, na doutrina e jurisprudência pátria, ao núcleo essencial do direito a saúde na última década (de forma a atualizar a pesquisa efetuada em sede de doutoramento), a averiguação do acerto ou não das definições encontradas, a formulação de um conceito de núcleo essencial do direito à saúde que perpasse os conceitos das Ciências da Saúde e a determinação das contribuições deste conceito enquanto parâmetro para a formulação das políticas públicas de saúde por parte do Executivo e para a demarcação da seara em que a omissão administrativa ensejará o controle judicial.

PROJETO DE PESQUISA - **Incoerências nas decisões do STF na seara do Direito Administrativo** – Profª. Luciana Gaspar Melquíades Duarte

A presente pesquisa intenta destacar diversas oportunidades em que a alternância entre os suportes teóricos (Positivismo e Pós-Positivismo Jurídico) teve espaço nas manifestações da Corte Constitucional brasileira para, a partir daí, evidenciar o risco do uso não-uniforme das vertentes teóricas passíveis de fundamentação das decisões judiciais e propor a coerência nos julgados do Supremo Tribunal Federal, especialmente os afetos ao exercício da função administrativa do Estado. Para alcançar este desiderato, deverão ser perseguidos, como objetivos específicos, o estudo detido de cada uma das vertentes da Teoria do Direito apontadas, o levantamento da jurisprudência relevante do Supremo Tribunal Federal da última década afeta ao Direito Administrativo e o subsequente exame do lastro teórico que a embasa. Para o alcance do primeiro objetivo específico, serão estudados os mais destacados autores de cada espectro teórico. Como representantes do Positivismo Jurídico, serão estudadas as principais obras de Kelsen e Hart, e em relação ao Pós-Positivismo, merecerão espaço autores como Dworkin (2002, 2003), Alexy (2002, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2008) e Hesse (1991, 1998). Para satisfazer ao segundo escopo específico, proceder-se-á ao levantamento, mediante pesquisa no sitio eletrônico do Supremo Tribunal, da jurisprudência afeta ao Direito Administrativo na última década que ensejou destaque nos informativos daquela corte, reconhecimento de repercussão geral ou evidenciou-se como leading case, ensejando decisões reiteradas subsequentes no mesmo sentido. Por fim, para se atender ao terceiro objetivo específico e, assim, ao verificar a confirmação ou o descarte da hipótese que enseja o presente projeto de pesquisa, as decisões destacadas serão objeto de uma desconstrução que permita a identificação do espectro teórico que a fundamenta para permitir a constatação da existência ou não de coerência metodológica nos julgados do Supremo Tribunal Federal.

PROJETO DE PESQUISA E EXTENSÃO – **Homa – Centro de Direitos Humanos e Empresas** – Profª. Manoela Carneiro Roland

O Projeto consolida a formação do Centro de Direitos Humanos da UFJF, onde desenvolvem-se várias pesquisas, tanto teóricas quanto de campo, com o apoio da Fundação Ford. Atualmente, pesquisamos o processo de negociação do tratado internacional sobre Direitos Humanos e Empresas, no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra; desenvolvemos pesquisa sobre a elaboração de Planos de Ação nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos na América Latina, além de desenvolvermos diversos estudos no ãmbito da temática de Direitos Humanos e Mineração.

PROJETO DE PESQUISA - **Direito como identidade: direito à patente e o caso das drogas para doenças negligenciadas** – Prof. Marcos Vinícius Chein Feres

Algumas doenças, recorrentes em países periféricos tropicais, não despertam interesse econômico das indústrias farmacêuticas por afetarem populações carentes. Essas doenças, como malária, leishmaniose, doença de Chagas, são conhecidas como doenças negligenciadas. Considerando o caso das doenças negligenciadas, pergunta-se qual é o grau de efetividade do sistema jurídico de patentes no caso das drogas para doenças negligenciadas. A abordagem metodológica consiste na reconstrução de um sistema de conceitos analíticos, a partir da teoria da luta pelo reconhecimento, em Axel Honneth, e da tensão entre a moralidade da aspiração e a moralidade do dever, proposta por Zenon Bankowski. Baseando-se nesse recorte teórico, afirma-se que o incremento na pesquisa e desenvolvimento de medicamentos para doenças negligenciadas não alcança o fim de desenvolvimento científico-tecnológico constitucionalmente previsto, pois o modo de operação da lei se reduz à mera aquisição de exclusividade para corrigir a falha de mercado da imitação. Intenta-se realizar uma análise crítica da legislação relativa às patentes, principalmente a Lei de Propriedade Industrial, e de informações administrativas no âmbito do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, para gerar inferências, segundo as regras propostas por Lee Epstein e Gary King, relacionadas ao problema da pesquisa e ao desenvolvimento de drogas para doenças negligenciadas. O projeto visa à coleta de informações no site oficial do INPI referentes ao patenteamento de drogas para doenças negligenciadas e não negligenciadas, como câncer e doenças cardiovasculares.

PROJETO DE PESQUISA - **Muito Além de Dar um Google: a Deep Web e um Novo Olhar sobre os Ciberespaços Tradicionais** – Prof. Marcos Vinícius Chein Feres

Este projeto encontra-se inserido dentro da temática do Grupo de Pesquisa, Argumentação, Direito e Inovação, cadastrado junto ao CNPq. A relação entre argumentação e inovação expõe uma relevante perspectiva para o processo de criação e aplicação do Direito. Na verdade, inovar na argumentação juridica significa absorver conceitos e argumentos mais adequados a um mundo, cada vez mais, tecnológico. Para que esse modo de pensar e argumentar o Direito se institucionalize, é essencial que se resgate não somente o objetivismo racionalista na formulação de argumentos jurídicos mas também o papel das múltiplasidentidades subjetivas necessárias para a construção de argumentos mais plurais e inclusivos. Desse modo, o objetivo aqui é o de aprofundar esse sentido subjetivo no desenho institucional e no processo de argumentação jurídica no momento de se criar e de se aplicar o Direito em um mundo altamente tecnológico. A pesquisa empírica visa a revelar os traços de significação relativos ao modo como a deep web institucionaliza uma lógica de anonimato e de contribuição entre sujeitos individualizados para a constituição de um espaço que, embora seja público, encontra-se protegido do alcance regulatório estatal e do controle de tráfego de informações e dados. Por meio de ferramentas como os serviços TOR Metrics e StatCounter, pretende-se coletar dados específicos sobre a configuração do perfil de usuários que compõem os espaços digitais, tanto da internet superficial quanto da internet profunda, para investigar a correlação entre tais características e as estruturas de mercado e regulação existentes em cada espaço. Por fim, o objetivo final consiste em compreender o desenho da estrutura institucional de regulação atípica ou de anomia do ciberespaço na deep web, contrapondo-a com o ambiente controlado e explorado da surface web, tendo por foco a atuação de mecanismos jurídicos nos tradicionais espaços da internet e as possíveis implicações de sua não ocorrência nos espaços restritos da deep web.

PROJETO DE PESQUISA - **Biodiversidade Amazônica, conhecimento tradicional e direito de patente: fatos e contradições** – Prof. Marcos Vinícius Chein Feres

Este projeto encontra-se inserido dentro da temática do Grupo de Pesquisa, Argumentação, Direito e Inovação, cadastrado junto ao CNPq. A ideia de argumentação corrente na teoria do Direito ainda se vincula ao conceito de uma razão objetiva e modernista nos moldes do racionalismo científico do século XIX, o que, de certo modo, orienta o raciocínio jurídico de forma a estruturá-lo em bases ainda bem positivistas e conservadoras. O objetivo aqui é o de aprofundar o sentido subjetivo oculto no processo de argumentação jurídica no momento de se criar e de se aplicar o Direito. Buscando fundamentos na teoria do Direito de Zenon Bankowski (2001) e na teoria do reconhecimento de Axel Honneth (2003), objetiva-se explicitar o sentido moral do processo de decisão jurídica em todos os níveis de poder. Não se trata aqui de expressar uma moral cientificamente articulada em moldes de neutralidade e imparcialidade, mas sim de se promover um adensamento das estruturas institucionais morais de uma determinada comunidade personificada. Esta se constitui como uma estrutura estruturante das relações jurídicas e sociais, estabelecendo o sentido e o alcance das normas as quais determinam, limitam e constituem os parâmetros de comportamento e de procedimento das instituições. É importante salientar que não se trata de se reestabelecer um retorno ao subjetivismo judicial ou ao realismo jurídico. Na verdade, almeja-se aqui reconhecer esse elemento subjetivo nas decisões jurídicas para que se possa, de fato, viver o direito plenamente tanto do ponto de vista da legalidade e da segurança jurídica quanto do ponto de vista da solidariedade social e do amor, nos termos expressos por Zenon Bankowski (2001). Para se refletir sobre a atual estrutura de exploração da biodiversidade amazônica, é essencial se reconstruir o sentido da teoria do direito a qual acaba por influir na leitura e na construção de legislações específicas sobre conhecimento tradicional, biopirataria e direito de patente. Fortalecer as bases teóricas do direito ajuda a lançar um novo olhar metodologicamente estruturado sobre os comportamentos econômicos e as interações sociais no campo da exploração da biodiversidade. Essa abordagem teórica conduz a um processo de questionamento que visa a criticar o atual sistema de patentes, assim como a relação entre conhecimento tradicional, inovação e segurança jurídica.

PROJETO DE EXTENSÃO - **Moradia Legal no Entorno da UFJF** – Profª. Raquel Bellini de oliveira Salles

O "Moradia Legal" foi concebido pelas Professoras Raquel Bellini Salles e Aline Araújo Passos, da Faculdade de Direito, a partir da divulgação do Edital referente ao Programa Boa Vizinhança. As Professoras idealizaram o projeto buscando auxiliar a comunidade do entorno da UFJF, especialmente famílias de baixa renda, na regularização jurídica de imóveis e, assim, concretizar o direito fundamental de propriedade, previsto no artigo 5º, inciso XXII, da Constituição Federal, e favorecer o exercício do direito social à moradia, previsto no artigo 7º também da Constituição Federal. O projeto tem como parceiro externo o Instituto Beneficente Peron e conta ainda com a colaboração do NASFE - Núcleo de Atendimento Social da Faculdade de Engenharia da UFJF, que também atua no Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Direito.

PROJETO DE PESQUISA - **Recuperação judicial e crise nas empresas de mineração** – Prof. Sérgio Marcos Carvalho de Ávila Negri

Normalmente, os empreendimentos voltados para extração de minério provocam grande impacto no exercício dos direitos humanos. Degradação do solo, poluição das águas, dependência econômica por parte do comércio local e dos trabalhadores das áreas afetadas sempre estiveram no rastro dos grandes empreendimentos de mineração.Nos casos em que a situação econômico-financeira das companhias se deteriora essa situação precária pode se agravar ainda mais. Em 15 de outubro de 2014, a sociedade empresária MMX Sudeste S.A. entrou com pedido de recuperação judicial emergencial na comarca de Belo Horizonte em Minas Gerais. Entre 2007 e 2008, a companhia foi responsável pela aquisição de grandes minas da região de Serra Azul, localizada na

parte oeste do Quadrilátero Ferrífero em Minas Gerais. A proposta do presente projeto é investigar o processo de recuperação judicial intentado pela mineradora MMX SUDESTE e analisar o plano apresentado para a satisfação dos interesses dos credores. Busca-se também confrontar o processo de recuperação com os impactos causados pela atividade de mineração, destacando que a situação de crise econômico-financeira das mineradoras afeta, além dos credores interessados no plano, a vida de toda a população da região desses empreendimentos.

PROJETO DE PESQUISA - **Direitos, cidadania e desenvolvimento socioeconômico em assentamentos urbanos** – Prof. Sérgio Marcos Carvalho de Ávila Negri

Este projeto de pesquisa e extensão tem como objetivo central estudar formas de capacitação da sociedade civil, economicamente fragilizada de assentamentos urbanos no município de Juiz de Fora ? MG, na participação e inserção de seus interesses nas esferas públicas democrático-participativas e nos espaços de deliberação coletiva a partir da conscientização de seus direitos políticos, sociais e ambientais.

PROJETO DE EXTENSÃO - **Recicla UFJF: Núcleo de Apoio ao Trabalho autogestionário e à Educação Ambiental** – Prof. Sérgio Marcos Carvalho de Ávila Negri

O projeto atua junto à comunidade acadêmica da UFJF, campus de Juiz de Fora, e catadores de material reciclável da Associação Municipal dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis (ASCAJUF), buscando esclarecer, educar e conscientizar alunos, professores e técnicos administrativos através de ações e práticas educativas voltadas para a sensibilização da comunidade acadêmica. Havendo, assim, a necessidade primordial dos resíduos sólidos produzidos dentro do perímetro geográfico do campus universitário serem destinados á associação dos catadores de material reciclável de Juiz de Fora através de: - Realização de reuniões com alunos, professores e técnicos administrativos sobre a importância da destinação correta dos resíduos e da legislação que os destina a associações e cooperativas de catadores de material reciclável fortalecendo práticas ambientais sustentáveis e a geração de renda; - Implantação de coletores específicos para cada material reciclável, facilitando a identificação e a destinação adequada do resíduo; - Elaboração de um mapeamento sobre as melhores rotas dentro do campus de forma a otimizar o transporte dos resíduos à ASCAJUF; - Elaboração de material educativo (cartilha, cartazes, manuais e internet); - Fortalecimento organizacional da ASCAJUF através de cursos, oficinas e acompanhamento técnico profissional na área de economia solidária, planejamento e gestão garantindo o aumento de renda dos catadores e sua autonomia.

PROJETO DE EXTENSÃO - **Assessoria Jurídica ao Trabalho Autogestionário e à Educação Ambiental no Programa Recicla UFJF** – Prof. Sérgio Marcos Carvalho de Ávila Negri

O presente projeto de extensão faz parte do Programa de Extensão Recicla UFJF e possui diversas áreas envolvidas. O objetivo principal deste projeto de extensão é fortalecer a Associação Municipal dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis (ASCAJUF). O manejo inadequado de resíduos sólidos está associado a uma série de problemas ambientais, sociais e econômicos em nosso país. Para reverter esse cenário, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei 12.305/10, estabeleceu um conjunto de instrumentos, diretrizes, metas e ações a serem adotadas pelo Governo Federal em regime de cooperação com Estados, Municípios ou particulares, com a finalidade de fomentar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos

resíduos sólidos. A interface do projeto com agentes do campo do Direito mostra-se importante para fomentar a adequada inserção dos catadores, por meio do acompanhamento, extrajudicial, da elaboração dos contratos, da realização de assembleias e de outras negociações. Da mesma forma, existem obstáculos jurídicos para a aproximação dos catadores com a própria Universidade. Nesse ponto, mostra-se relevante também o trabalho de conscientização interna, voltado para adequação dos órgãos públicos à própria Política Nacional de Resíduos Sólidos. Aos discentes e às discentes bolsistas espera-se proporcionar atividades que assegurem uma formação interdisciplinar, que permita a sensibilização aos problemas sociais.

PROJETO DE PESQUISA - **Prova em Vídeo nas Decisões de Segundo Grau: uma análise empírica acerca da interpretação judicial sobre a imagem** – Prof. Vicente Riccio Neto

O objetivo da pesquisa é compreender de que maneira os juízes de segundo grau interpretam e utilizam a prova obtida por meio de vídeo em suas decisões. O projeto parte da constatação de que o mundo contemporâneo é caracterizado por intensa mediatização da sociedade. Esta característica muda a dinâmica das interações entre os indivíduos, pois elas não mais ocorrem exclusivamente face a face, mas também por meio de instrumentos técnicos. As experiências humanas não ficam, assim, limitadas a um mesmo tempo e espaço. Desta forma, a imagem registrada em vídeo constitui um problema de relevo para o campo do direito, visto que a sua presença no cotidiano suscita questões relacionadas aos direitos fundamentais, tais como liberdade, privacidade e autonomia em relação a agentes públicos e privados. Logo, o seu impacto pode ser observado em questões de natureza constitucional, cível, criminal e processual, dentre outras. Outro aspecto importante é a característica da imagem. O seu registro em vídeo não significa uma expressão da realidade, pois ela também está aberta à interpretação. Como as imagens estão cada vez mais presentes nas cortes, é necessária a compreensão de seus impactos no campo do direito e dos modos como a regulação jurídica lida com suas características. Assim, a pesquisa tem por objetivo compreender como a imagem é interpretada em decisões de segundo grau nos Tribunais de Justiça de Minas Gerais e São Paulo em processos cíveis e criminais. Adicionalmente, pretende-se: a) verificar como as imagens são analisadas pelos juízes de segundo grau em processos cíveis e criminais; b) analisar os argumentos de sustentação das decisões baseadas em prova em vídeo; c) verificar a presença de outros elementos probatórios nas decisões fundadas na prova em vídeo. Trata-se de trabalho de natureza empírica e interdisciplinar em que as decisões dos Tribunais de Justiça de Minas Gerais e São Paulo envolvendo a prova em vídeo serão estudadas com apoio na área de linguística discursiva, especificamente a argumentação interacional.

PROJETO DE PESQUISA - **Crise e direitos sociais: uma análise da jurisprudência da crise em Portugal, das bases normativas de tais decisões e seus impactos no cenário brasileiro de crise** – Profª. Waleska Marcy Rosa

A elaboração da Constituição brasileira de 1988 sofreu bastante influência da experiência portuguesa, cuja redemocratização também foi marcada pela nova sistemática constitucional. A Constituição Portuguesa de 1976 foi fonte de inspiração para o constituinte brasileiro e vem sendo, desde 1988, elemento balizador da compreensão dos direitos sociais no Brasil, tendo em vista a proximidade das duas experiências de redemocratização e as bases lusitanas do direito brasileiro. Em Portugal, a partir da severa crise econômica de 2008, os Tribunais passaram a rever seus posicionamentos a respeito da interpretação e aplicação dos direitos sociais, que passaram, por assim dizer, a sofrer um determinado grau de retração no que se refere à fruição de tais direitos. Diante da estrutura normativa que tais direitos possuem na Constituição Portuguesa, a doutrina daquele país vem caminhando no sentido de reconhecer a possibilidade de tal retração acontecer. Diante dos resultados da pesquisa exploratória realizada a partir do projeto aprovado no Edital PIBIC-BIC/UFJF 2016, novas questões a respeito do cenário português puderam ser levantadas: a) por que a chamada Jurisprudência da Crise em Portugal é composta, essencialmente,

por decisões referentes à previdência e aos vencimentos de servidores públicos? b) por que outros direitos sociais não são contemplados em decisões do Tribunal Português? O projeto apresentado tem como objetivo geral verificar como o Poder Judiciário português lidou, e vem lidando, com a efetivação dos direitos sociais diante dos elementos fáticos agregados pela crise financeira. Tem-se como objetivos específicos neste projeto: 1) identificar as características estruturais dos direitos sociais nos panoramas constitucionais português e brasileiro; 2) verificar como tais características impactam a interpretação e aplicação de tais direitos pelo Tribunal Constitucional a partir da grave crise econômica de 2008; 3)verificar como tais características impactam a interpretação e aplicação de tais direitos pelo Supremo Tribunal Federal a partir da grave crise econômica de 2014; 4) identificar, no âmbito da realidade portuguesa e da realidade brasileira, como o Poder Legislativo de cada um desses Estados atuaram no que se refere aos direitos sociais referentes à educação, à saúde, à moradia, à alimentação e ao lazer.

PROJETO DE PESQUISA - **Direito à saúde em Juiz de Fora: análise dos argumentos dos julgados prolatados no Município entre 2014 e 2017** – Profª. Waleska Marcy Rosa

O presente projeto é proposto como desdobramento daqueles executados no biênio 2015-2017. Justifica-se este projeto, diante dos achados de pesquisa, com destaque para a expansão de direitos sociais, destacadamente, o direito à saúde, levada a cabo pelo Judiciário brasileiro como um todo e referendado pela mais alta corte do país, o STF. A pesquisa será norteada pelo trabalho de Ronald Dworkin (2003), especificamente no que tange ao direito como integridade e à postura dos magistrados em busca de solucionar hard cases, pois são situações em que não há uma regra pronta e acabada para se aplicar. O projeto apresentado tem como objetivo geral focalizar a investigação sobre a efetivação judicial do direito à saúde a partir de decisões prolatadas entre 2014 e 2017 no Município de Juiz de Fora. Tem-se como objetivos específicos identificar os argumentos que embasam as decisões prolatadas no juízo a quo referentes à entrega de medicamentos e verificar se tais argumentos efetivam a noção de direito como integridade, conforme a proposta de Ronald Dworkin.

PROJETO DE PESQUISA - **Direito à saúde: análise da decisão do Superior Tribunal de Justiça em Recurso Especial Repetitivo nº 1.657.156 - RJ** – Profª. Waleska Marcy Rosa

O presente projeto é proposto como desdobramento daqueles executados no biênio 2015-2017. Justifica-se este projeto, diante da recente decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em Recurso Especial Repetitivo, prolatada em 26 de abril de 2017. Tal decisão do STJ é de extrema importância e poderá ter impactos significativos nos rumos das ações por meio das quais se pleiteiam medicamentos nas diversas instância judiciais do país. Como foi possível verificar por meio dos resultados de pesquisa obtidos na execução de projetos que foram anteriormente propostos, houve, paulatinamente, uma expansão de direitos sociais, destacadamente, o direito à saúde, levada a cabo pelo Judiciário brasileiro como um todo e referendado pela mais alta corte do país, o STF. Agora, com a decisão em destaque neste projeto, esse quadro poderá ser modificado de modo radical, com recuo nas determinações judiciais para entrega de medicamentos que não constam da lista do Sistema Único de Saúde (SUS). Trata-se de análise de decisão judicial prolatada pelo STJ que obriga todos os juízes de instâncias inferiores ao Tribunal Superior. Portanto, o objeto precípuo de análise é o acórdão prolatado pelo STJ e todas as decisões prolatadas no feito até se chegar ao acórdão objeto do presente projeto. A pesquisa será norteada pelo trabalho de Ronald Dworkin, especificamente no que tange ao direito como integridade e à postura dos magistrados em busca de solucionar hard cases, pois são situações em que não há uma regra pronta e acabada para se aplicar.

DADOS DA COORDENAÇÃO DE CURSO 2018/1

Número de ajustes de matrículas realizados

Período	Diurno	Noturno
1º	30	10
2º	27	8
3º	48	5
4º	28	5
5º	46	16
6º	23	22
7º	15	20
8º	27	23
9º	37	33
10º	28	26
Online	-	
Total	326	168

Número de TCCs por área de conhecimento

22 de Direito Penal
14 de Direito Processual
08 de Direito Civil
08 de Direito Constitucional
07 de Direito do Trabalho
04 de Direito Administrativo
04 de Filosofia do Direito
03 de Sociologia do Direito
03 de Direito Tributário
02 de Direitos Reais
02 de Direito de Família
02 de Direito Financeiro
01 de Direito Internacional